

INFORMAÇÃO E MEMÓRIA: Reflexão dos conceitos sob a ótica da Ciência da Informação

Danielle Alves de Oliveira¹
daniellealvs@gmail.com

Thiago Gomes Medeiros²
Thiagoethos@gmail.com

Resumo: A ciência da Informação (CI) é reconhecidamente um campo interdisciplinar desde a sua gênese, contudo, essa sua característica inerente acaba por trazer inúmeras problemáticas, principalmente no que tange o estabelecimento dos conceitos gerais da área. Tendo ciência da necessidade de refletir as tessituras do conceito de informação e memória, sob uma perspectiva da CI, o presente trabalho tem por objetivo apresentar a discussão conceitual entre informação e memória, sugestionando o contexto das práticas arquivísticas no que tange o tratamento documental e informacional para a preservação da memória social. Para isso, utilizamos como principais referenciais teóricos Silva (2006), Azevedo Neto (2007), Rodrigues (2005) e Le Coadic (2004) e Capurro; Hjørland (2007).

Palavras-chave: Informação, Memória, Ciência da Informação

1 INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da humanidade o homem demonstra a necessidade de registrar o dia a dia da sua comunidade, através das mais variadas formas de representações. A mais conhecida e utilizada na atualidade é a escrita, apesar de sua forma não ser idêntica a todos os povos.

Essa falta de representação unívoca da escrita é conseqüência da pluralidade cultural dos diferentes grupos sociais. Ou seja, os signos gráficos que representam à escrita são convencionados pelo grupo de acordo com a sua realidade e leitura do mundo, logo, os grupos podem convergir e criar diferentes formas de representação.

¹ Mestranda em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-graduação em Ciência da informação na Universidade Federal da Paraíba. Graduada em Arquivologia pela Universidade Estadual da Paraíba e em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú.

² Graduado em História pela Universidade Federal da Paraíba.

Com o passar dos anos, a escrita foi sendo cada vez mais incorporada nas práticas sociais, tornando-se fundamental para a organização do povo. Diante deste contexto, e reconhecendo o valor da informação, o sujeito começa a atentar para a necessidade de proteção e salvaguarda dos registros informacionais dando origem, portanto, as raízes das práticas biblioteconômicas, arquivísticas e museológicas.

Contudo, as práticas supracitadas, muitas vezes eram desenvolvidas sem qualquer fundamento teórico, conforme assegura Rodrigues (2006, p. 112): “a organização, quando existia, fundamentava-se no empirismo e na improvisação”. Para tanto, vale ressaltar que as atividades desenvolvidas a luz do conhecimento empírico foram fundamentais para as discussões teóricas na constituição do campo científico.

O desenvolvimento dos conceitos sociais, econômicos e culturais, advindos da Idade Moderna, ajudou a elevar, ainda mais, a importância dos centros de documentação, agora, a informação era reconhecida e utilizada como ‘objeto de valor para o desenvolvimento social’, principalmente após a invenção da imprensa e o conseqüente, aumento no fluxo informacional.

Com a escrita e, sobretudo, com a imprensa, a quantidade de informações registradas aumentou consideravelmente, favorecendo a criação dos arquivos, bibliotecas e museus, as instituições-memória, (...). A escrita externaliza a capacidade de memorização do cérebro humano; assim, aparentemente, tudo é possível de ser lembrado, uma vez que seja registrado e preservado. (MONTEIRO; CARELLI; PICKLER, 2008, p. 7)

Os séculos posteriores foram marcados ainda mais pelo desenvolvimento da sociedade, principalmente no âmbito científico. A Revolução Industrial e as grandes guerras foram fundamentais para evidenciar a necessidade de informação (preservação, organização, recuperação, disseminação, acesso e uso). Corroborando com a discussão, BARRETO (1992, p. 27 apud FREIRE; FREIRE, 2009, p. 39), assegura:

No pós-guerra de 1948, o volume de informações acumuladas e mantidas em segredo por força da própria guerra, foi colocado á disposição da sociedade. Os métodos tradicionais de organização e controle da informação, existentes na época não conseguiram resolver de forma competente o problema do enorme fluxo de informação.

É neste contexto histórico de valorização da informação pelo seu potencial estratégico e “buscando respostas a problemas, que preexistentes ou não, acentuaram-se a partir da II

Guerra Mundial” que tem início as primeiras discussões acerca da Ciência da Informação (CI). (GONZÁLEZ DE GOMES, 1995, p. 77)

Ainda neste sentido, Saracevic (1996), faz questão de ressaltar em seu texto, que o surgimento da CI não foi consequência direta dos problemas de informação, até mesmo porque eles sempre existiram, o que contribuiu para a fomentação do novo campo foi a relevância atribuída a esses problemas.

Diante deste contexto, a Ciência da informação emerge de forma interdisciplinar, e busca cada vez mais o estreitamento dos laços entre teoria e prática. Ocupa-se desde o princípio com a organização da informação buscando assegurar a preservação para a recuperação e o uso. Ampliando ainda mais esse posicionamento, Borko assegura que a CI abrange um corpo de conhecimento relacionado, principalmente, “à origem, coleção, organização, armazenagem, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização da informação”, diferindo assim de outras ciências, tais como a biblioteconomia. (BORKO, 1968, p.3 apud PINHEIRO, 2005, 18).

Apesar de aparente solidez teórica, o campo da CI está em constante construção, ainda mais com o advento tecnológico e a mudança ocasionada por este desenvolvimento. A velocidade na propagação e o quantitativo de informações veiculadas modificaram o comportamento dos sujeitos e a sua relação com a informação.

Neste sentido, e amparado por um novo paradigma, as ciências sociais, vem buscando amadurecer as discussões acerca da informação, de forma a privilegiar as diversas concepções de informação da contemporaneidade. Além dos aspectos administrativos e estratégicos, hoje a informação adquirir importância pela sua relação indissociável com a memória coletiva.

2 DELINEANDO O CONCEITO DE INFORMAÇÃO

O conceito de informação é dos grandes dilemas enfrentando pelos estudiosos em CI, pois como afirma Capurro e Hjørland (2007, p.11) “[...] quase toda disciplina científica usa o conceito de informação dentro de seu próprio contexto e com relação a fenômenos específicos”, o que acaba acentuando a polissemia do termo e dificultando a construção de um conceito único para a área da CI. Além disso, a compreensão do termo foi sendo alterada ao

longo das transformações ocorridas no mundo e conseqüentemente na medida em que a informação foi tornando-se fundamental na sociedade.

No entanto, Capurro e Hjørland (2007) afirmam que essa diversidade de conceitos abarcados nas mais diferentes áreas do saber e a evolução do termo, pode ser interessante para a CI, pois, a Ciência da Informação precisa de conceituações capazes de atingir todo o seu campo interdisciplinar e que atenda o seu processo de amadurecimento teórico.

Buscando contemplar as ponderações acima, iniciamos a discussão baseados no modelo estabelecido por Capurro. Para ele a informação deve ser compreendida sob três aspectos: físico, cognitivo e social. Araújo (2009) afirma que estas três facetas estabelecidas por Capurro servem, até hoje, de referência nos estudos interdisciplinares da Ciência da informação, por abarcar grandes temáticas.

Por sua vez, Silva (2006, p. 25) apresenta a informação como sendo: “conjunto estruturado de representações mentais e emocionais codificadas e modeladas com/pela interação social, passíveis de serem registradas [em] qualquer suporte material, e, portanto, comunicadas de formas assíncrona e multi-direcionada.”

Para tanto, a fim de ilustrar os diversos conceitos que contemplam a informação, Silva apresenta, ainda, duas explanações que decorrem do desenvolvimento tecnológico advindos do final do século XX:

O primeiro é o sentido estritamente técnico ou tecnológico: informação como quantidade mensurável em bit (*binary digit*). É a informação métrica da teoria clássica da informação, a teoria combinatória e estatística da informação, baseada na lógica e na matemática da probabilidade.

O segundo sentido pertence a uma abordagem diversa, abordagem esta que pode, porém, servir-se da primeira nos casos em que seja aplicável, como acontece, por exemplo, na logística da transmissão da informação mediante sistemas artificiais, como a comunicação via radar ou satélite. O segundo sentido é, porém, sempre qualitativo antes de ser quantitativo, como de facto deveria ser (apesar de tudo, a quantidade é um tipo de qualidade, ao passo que o inverso ou não se verifica). O segundo sentido conserva, muito mais do que o sentido métrico ou quantitativo, o significado quotidiano do termo ‘informação’. (WILDEN, 2001, p. 11 apud SILVA, 2006, p. 24)

Todavia, Azevedo Neto (2007) destaca baseado em Zeman (1970), que a informação deve ser compreendida além dos aspectos de quantificação e das medidas de organização, como é tratado no primeiro modelo acima; é importante destacá-la sob a ótica da organização em si, enquanto processo resultante de fatores de diversas ordens, tais como social, cultural,

moral e etc. Continuando a discussão acerca da informação, o autor assegura ainda, que ela é considerada “aquela que diz respeito a uma produção de significados socialmente aceitos”, logo, está ligada a cultura de um povo. (AZEVEDO NETO, 2007, p. 6)

Le Coadic (2004, p. 4) em consonância com a idéia de informação como produto social e repleta de sentido, mas buscando enfatizar a sua materialidade, assevera:

A informação comporta um **elemento de sentido**. É um significado transmitido a um ser consciente por meio de uma mensagem inscrita em um suporte espacial-temporal [...]. Inscrição feita graças a um sistema de signos (a linguagem), signo este que é um elemento da linguagem que associa um significante a um significado. (grifo nosso)

Comportando-a como um elemento de sentido que tem a capacidade de alterar as estruturas cognitivas dos sujeitos, é possível afirmar que a informação é um fenômeno exclusivamente humano. Adepto a essa afirmativa Bronowski (1997) explica na obra *A evolução e o poder da linguagem simbólica*, que os demais animais não possuem a capacidade de captar os dizeres da mensagem e separá-la do conteúdo emocional, logo o que eles recebem são apenas instruções.

Azevedo Neto (2007, p. 4) reafirma a posição supracitada, e trás novos elementos a discussão, quando aponta que “a Informação só existe na presença do homem, como seu receptor, já que é nesta instância que se dá o reconhecimento da Informação, mas incluindo aí o homem não só como indivíduo, mas também como ser e ator social”.

É neste sentido que partimos para a discussão acerca da informação e a sua interpretação enquanto artefato, já que ela é produto e construção advinda das relações humanas e está inserida no tempo e no espaço.

Diante deste contexto, Pacheco (1995) assevera:

Se a informação é um artefato ela foi criada num tempo, espaço e forma específica, que formam um dos contextos pelo qual deve ser interpretada - o contexto de sua geração. Sendo artefato ela pode ser utilizada em um contexto distinto daquele para o qual e no qual foi produzida, sendo, portanto passível de recontextualização. (PACHECO 1995, p. 21 apud AZEVEDO NETO, 2007, p. 5)

Destarte, podemos inferir que o artefato está intimamente ligado a ação do homem em determinado espaço temporal, por isso serve a construção do conhecimento sobre determinados grupos, contudo “como artefato, a Informação só tem existência quando é percebida como tal, e só é estabelecida esta percepção quando, de algum modo, em alguma circunstância, é criada uma relação de significação”. Deste modo, o artefato só tem sentido na

construção da memória coletiva, se assim percebida e refletida. (AZEVEDO NETO, 2007, p. 5)

3 A MEMÓRIA

Diversos seguimentos teóricos vêm tentando conceituar memória e explicar a sua função na sociedade. Entretanto, esta é uma atividade complexa de ser realizada, pois a memória, assim como a informação, é objeto de pesquisa de inúmeras ciências, e por isso, possui um leque muito vasto de interpretações.

No entanto, grande parte destes cientistas, acaba por convergir que a memória é inerente ao ser humano, até mesmo por que, ela remete a questão de identidade. Montenegro (1994) afirma que na contemporaneidade a memória é compreendida pelo seu caráter livre, onde lembrar não é reviver, mas refazer, repensar, com idéias de hoje as experiências do passado, com o senso de preservação para garantir a sua disseminação às próximas gerações, levando em consideração sua cultura e identidade. Colaborando acerca da relação memória e identidade Fragoso (2008, p. 45) assegura: “memória e identidade são inseparáveis porque a memória constrói a identidade que se manifesta como existência da memória”.

Portanto, percebe-se que a memória se apresenta como uma questão fundamental na sociedade da informação, uma vez que deixa de ser compreendida de forma genérica para ser vivenciada como inerente a manutenção da coletividade, e para a identificação individual dos sujeitos.

Uma das teorias para o surgimento da memória, segundo Oliveira e Rodrigues (2009, p. 221) surge da “necessidade de fazer frente a grandes ameaças para a sobrevivência dos grupos, ou seja, ela surge a partir de determinadas condições sociais, razão pela qual não existe individualmente”. Na contemporaneidade, ela se reforça pela noção de coesão social, pois “proporciona ao indivíduo o sentimento de pertencimento a um determinado grupo que compartilha memória.” (ibid, p. 222).

Quanto ao valor, as autoras supracitadas afirmam que ao longo do tempo e do desenvolvimento das práticas sociais, a memória deixou de ser compreendida como tradição e costume para ser incorporada a lugares socialmente instituídos, onde a memória seria produzida e reproduzida.

Neste sentido, chamamos a atenção para dois elementos fundamentais que compõem a memória: o ato de esquecer e de lembrar,

A lembrança e o esquecimento são componentes da memória, um não existe sem o outro, no processo de atualização do passado, quando evocado. É a memória que nos dá a sensação de pertencimento e existência, daí a importância dos lugares de memória para as sociedades humanas e para os indivíduos. (RIBEIRO 2007, p.1 apud MONTEIRO; CARELLI; PICKLER, 2008, p. 02)

A expressão “lugares de memória” foi criada por Pierre Nora, historiador Francês do século XX. Ele acreditava que os lugares de memória deveriam ser compreendidos a partir de uma tríplice acepção, no que tange: *lugares materiais*, *lugares funcionais* e *lugares simbólicos*. Para Nora (1993), os lugares de memória não são produtos espontâneos; são, portanto, uma construção histórica, onde o interesse em seu estudo advém do seu valor representativo nos processos sociais.

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama porque ela a ignora [...]. O que secreta, veste, estabelece, constrói, decreta, mantém pelo artifício e pela vontade uma coletividade fundamentalmente envolvida em sua transformação e sua renovação. [...]. Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não **há memória espontânea**. (NORA, 1993, p.13, grifo nosso)

A memória é intencional desde a seleção na mente humana, pois de uma forma ou de outra, selecionamos o que deve ser lembrado. Com os lugares de memória este fato não é diferente, pois desde a seleção dos itens que comporão o acervo permanente, a intencionalidade é inevitável. Deste modo, os documentos de arquivo devem ser vistos como construções e não como recorte da realidade, pois o arquivo foi criado através de seleções, onde certos documentos e não outros foram escolhidos, mesmo todos esses, sendo resultado das ações humanas através do tempo, e, portanto terem o potencial de revocar a memória de determinado grupo. Sendo assim, Fernandes (2011, p. 209) conclui “o que é ou não aceito como documento, como testemunha, deriva já de um conjunto de ações formativas e seletivas dispersas por variados atores e suas negociações, com interesses diversos”.

Além da seleção do que deve compor o acervo, existem ainda as políticas internas que acabam por promover alguns acontecimentos em detrimento de outros. Ou seja, elevar alguns artefatos na intenção de relembrar fatos que merecem destaque nada mais é do que tornar tantos outros, esquecidos.

Entretanto, apesar da crítica aqui evidenciada, o esquecimento e a seleção são atividades necessárias tanto ao ser humano, quanto para os lugares de memória. Autores como Izquierdo e Monteiro et al chamam a atenção para a necessidade biológica de esquecer do ser

humano, principalmente na era da informação onde milhares de dados são produzidos e disseminados a todo momento. Nesta perspectiva, “o esquecimento não é considerado um lapso ou um problema, mas um processo natural e necessário para o funcionamento da memória”. (MONTEIRO; CARELLI; PICKLER, 2008, p.18).

No que tange os lugares de memória estes procedimentos de esquecimento também são fundamentais, pois assim como a mente humana os lugares de memória também possuem limite de guarda. Destarte, além de não ser possível guardar todos os vestígios deixados pelos homens ao longo do tempo, a quantidade desordenada pode causar um efeito contrário: o de desinformar.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme foi apresentado a Ciência da Informação está em um processo dinâmico de transformações e adequações teóricas frente ao desenvolvimento social advindos das revoluções tecnológicas e cognitivas. Neste sentido, termos como ‘informação e memória’ também sofreram alteração, pois a sua compreensão foi sendo alterada na medida em que as práticas sociais iam evoluindo.

Antes a informação era percebida apenas pelo seu aspecto bruto, sem levar em consideração o processo e os atores envolvidos no ato de informar. Atualmente, a informação perpassa esses aspectos e é vista sob a ótica de um fenômeno exclusivamente humano. Da mesma forma, a memória também vivenciou rupturas, principalmente após a invenção da escrita, pois a memória saiu da esfera biológica e cognitiva para se tornar materializada em um suporte. Neste contexto, Monteiro, Carelli e Pickler (2008, p. 6) concluem: “a memória separa-se do sujeito ou da comunidade tomada como um todo, tornando-se objetiva, morta, impessoal e separando o conhecimento da identidade pessoal ou coletiva”.

Na contemporaneidade, as discussões acerca da informação e da memória foram acentuadas pela ascensão da tecnologia, e as correntes discussões sobre documentos digitais. Oliveira e Rodrigues (2009, p. 218) asseveram que “o documento digital exige que a decisão sobre a conservação da memória seja tomada no ato de criação da informação, sob o risco de não ser possível mantê-la integralmente”. Essa aceção reforça as questões lançadas ao longo do texto, no que tange o esquecimento.

Portanto, percebemos ao longo do texto que existem diferentes concepções que abrangem o termo informação e memória, principalmente se observarmos o processo natural de desenvolvimento social. Contudo, todos eles acabam por contribuir, de alguma forma, na consolidação do campo da CI. O único problema segundo Oliveira e Rodrigues (2009) é ter a sabedoria de como utilizar os diferentes conceitos, a fim de resolver problemas e abordagens práticas na Ciência da Informação.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O conceito de informação na Ciência da Informação. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 20, n. 3, p. 95-105, set./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/6951>>. Acesso em: 20 jul. 2011.
- AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier. Informação e Memória: as relações na pesquisa. **Revista História em Reflexão**, Dourados, Jul/dez. 2007. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/viewArticle/385>>. Acesso em: 20 jul. 2011.
- BRONOWSKI, Jacob. A evolução e o poder da linguagem simbólica. In: _____ **As origens do conhecimento e da imaginação**. Brasília: UNB, 1997. Cap.2, p.17-28.
- CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectiva em ciência da Informação**, Belo Horizonte, Jan/abril. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362007000100012> Acesso em: 20 jul. 2011
- FERNANDES, Geni Chaves. Ações de informação e práticas documentárias como políticas difusas de memória. InCID: **Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, p. 208-226, 2011.
- FRAGOSO. Ilza da Silva. **Instituição Memória**: modelos institucionais de proteção ao patrimônio Cultural e preservação da memória na cidade de João Pessoa-PB. 2008. 139 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)–Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.
- FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo; FREIRE, Isa Maria. **Introdução à Ciência da Informação**. João Pessoa: Editora universitária da UFPB, 2009.

GONZÁLEZ DE GOMES, Maria Nélide. A informação: dos estoques às redes. **Ciência da informação**, Brasília, v.24, n. 1, 1995.

LE COADIC, Yves-Fronçois. **A Ciência da Informação**. Tradução Vera da Costa e Silva et AL. 2 ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

MONTEIRO, Silvana Drumond; CARELLI, Ana Esmeralda; PICKLER, Maria Elisa Valentin. A Ciência da Informação, Memória e Esquecimento. **DataGramZero - Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, Dez. 2008. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/dez08/Art_02.htm>. Acesso em 20 jul. 2011.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História oral e memória**. São Paulo: Contexto, 1994.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Eliane Braga; RODRIGUES, Georgete Medleg. As concepções de memória na ciência da informação no Brasil: estudo preliminar sobre a ocorrência do tema na produção científica. **Ponto de acesso**, Salvador, v. 3, n. 3, p. 216-239, 2009.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. Processo evolutivo e tendências contemporâneas da ciência da informação. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v.15, n. 1, p. 13-48, 2005.

RODRIGUES, Ana Márcia Lutterbach. A teoria dos arquivos e a gestão de documentos. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 102-117, 2005

SARACEVIC, T. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.1, n.1, p.41-62, 1996

SILVA, Armando Malheiro da. Informação e cultura. In: _____ **Informação: da compreensão do fenômeno e construção do objeto científico**. Porto: Afrontamento, 2006. P.15-41.